

---

***PagSeguro***

***Internet S.A.***

***Demonstrações financeiras em***

***31 de dezembro de 2018***

***e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
PagSeguro Internet S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da PagSeguro Internet S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PagSeguro Internet S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

---

Como mencionado na Nota 2, a Companhia utilizou a faculdade prevista no item 2 da Circular do BACEN nº 3.833/17 de não apresentar às cifras comparativas relativas ao exercício anterior por ter sido o primeiro ano de autorização para funcionamento como Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

PagSeguro Internet S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

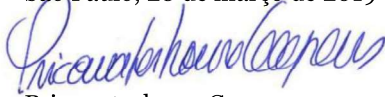
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



Luiz Antonio Fossa  
Contador CRC 1SP196161/O-8

PAGSEGURO INTERNET S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2018</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	5	385.888
Títulos e valores mobiliários	6	2.313.032
Relações interfinanceiras	7	8.056.355
Outros créditos		
Diversos		146.003
Impostos a recuperar		23.135
Partes relacionadas	8	115.494
Outros		7.374
Outros valores e bens		17.525
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.918.803</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Títulos e valores mobiliários	6	17.927
Outros créditos		
Diversos		247.475
Depósitos judiciais	9	175.469
Imposto de renda diferido	16	72.006
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>265.402</b>
<b>Permanente</b>		
Investimentos	10	611.510
Imobilizado	11	65.114
Intangível	12	254.401
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>931.025</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>12.115.230</b>

PAGSEGURO INTERNET S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2018</b>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>		
<b>Circulante</b>		
Outras obrigações		
Fiscais e previdenciárias	13	75.161
Diversas		5.550.795
Obrigações com terceiros	14	4.045.661
Partes relacionadas	8	1.112.470
Contingências	15	188.669
Outras		203.995
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>5.625.956</b>
<b>Passivo exigível a longo prazo</b>		
Outras obrigações		
Imposto de renda diferido	16	218.332
		<b>218.332</b>
<b>Resultados de exercícios futuros</b>		
Resultados de exercícios futuros		465
<b>Total resultados de exercícios futuros</b>		<b>465</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	17	5.200.994
Ajustes de avaliação patrimonial	17	252
Reservas legais	17	69.020
Reservas de lucros	17	1.000.211
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>6.270.477</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.115.230</b>

**PAGSEGURO INTERNET S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2º semestre 2018</b>	<b>Exercício 2018</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	18	1.291.435	2.240.797
Custo dos serviços prestados	19	(768.646)	(1.547.010)
<b>LUCRO BRUTO</b>		522.789	693.787
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Com vendas	19	(175.212)	(345.586)
Gerais e administrativas	19	(282.342)	(559.844)
Participações em sociedades controladas:			
Resultado de equivalência patrimonial	10	294.116	320.584
Outras despesas, líquidas	19	(214.719)	(215.940)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		144.632	(106.999)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receita líquida com pré-pagamento	20	511.574	1.086.635
Receitas financeiras	20	75.609	129.286
Despesas financeiras	20	(9.771)	(28.202)
Variação cambial, líquida	20	3.148	5.764
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		725.192	1.086.484
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(58.700)	(177.675)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(148.028)	(132.721)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>		<b>518.464</b>	<b>776.088</b>
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,3131	0,4687

**PAGSEGURO INTERNET S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais – R\$)**

	Nota explicativa	Reserva de capital				Ajustes de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>		<b>524.577</b>	<b>30.216</b>	<b>312.048</b>	-	<b>55</b>	<b>866.896</b>
Aumento capital	17	3.584.519	-	-	-	-	3.584.519
Lucro líquido do semestre	17	-	-	-	257.624	-	257.624
Ajustes de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	354	354
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	(5.402)	-	(5.402)
Constituição de reserva de retenção de lucro	17	-	-	252.222	(252.222)	-	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018</b>		<b>4.109.096</b>	<b>30.216</b>	<b>564.270</b>	-	<b>409</b>	<b>4.703.991</b>
Impactos adoção inicial plano COSIF (ágio)	4	-	-	(6.943)	-	-	(6.943)
Aumento capital	17	1.091.898	-	-	-	-	1.091.898
Lucro líquido do semestre	17	-	-	-	518.464	-	518.464
Constituição de reserva legal	17	-	38.804	-	(38.804)	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17	-	-	-	-	(157)	(157)
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	(36.776)	-	(36.776)
Constituição de reserva de retenção de lucro	17	-	-	442.884	(442.884)	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		<b>5.200.994</b>	<b>69.020</b>	<b>1.000.211</b>	-	<b>252</b>	<b>6.270.477</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.  
Página 7 de 31

**PAGSEGURO INTERNET S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais – R\$)**

	<b>2º semestre 2018</b>	<b>Exercício 2018</b>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	725.192	1.086.484
<b>Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:</b>		
Depreciação e amortização	56.085	93.557
Equivalência patrimonial	(294.116)	(320.584)
Títulos incobráveis (chargeback)	40.717	67.211
Acréscimo (reversão) provisão para contingências	1.873	3.745
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida	218	(512)
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber clientes	(2.182.254)	(5.018.139)
Mudanças em contas a receber sujeito a pagamento antecipado	(155.931)	(1.737.545)
Mudanças em contas a receber não sujeito a pagamento antecipado	(2.026.323)	(3.280.594)
Impostos a recuperar	1.868	5.490
Despesas pagas antecipadamente	(6.001)	8.581
Outras contas a receber	(4.091)	(7.128)
Obrigações com terceiros	1.019.711	1.021.628
Fornecedores	(11.783)	76.302
Contas a receber/pagar de partes relacionadas	572.179	1.033.198
Salários e encargos sociais	16.627	37.441
Impostos e contribuições	13.067	29.306
Provisão para contingências	(1.595)	(2.289)
<b>CAIXA APLICADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(52.303)</b>	<b>(1.885.709)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(90.949)	(200.936)
Juros recebidos	230.070	389.400
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>86.818</b>	<b>(1.697.245)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Investimentos:</b>		
Valor pago nas aquisições	(19.610)	(25.000)
Aquisições de imobilizado	(49.113)	(60.697)
Aquisições de intangível	(136.624)	(223.919)
Acréscimo de aplicações financeiras	(17.927)	(17.927)
Resgate de aplicações financeiras	-	31.351
Recebimento de dividendos	-	198
<b>CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(223.274)</b>	<b>(295.994)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento capital	1.091.898	4.676.417
Distribuição de dividendos	(36.776)	(42.176)
<b>CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.055.122</b>	<b>4.634.241</b>
<b>AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>918.666</b>	<b>2.641.002</b>
Saldo inicial: Caixa e equivalentes de caixa	1.780.254	57.918
Saldo final: Caixa e equivalentes de caixa	2.698.920	2.698.920
<b>MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>918.666</b>	<b>2.641.002</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## PAGSEGURO INTERNET S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Pagseguro Internet S.A. (“Companhia”), uma subsidiária da PagSeguro Digital Ltd. (“PagSeguro Digital”), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2006, sediada na cidade de São Paulo – SP, Brasil e, tem por objeto social: atuação como instituidor de arranjo de pagamento; instituição de pagamento nas modalidades de credenciador e emissor de moeda eletrônica; desempenho de atividades pertinentes ou correlatas às mencionadas nos itens precedentes, incluindo, mas não se limitando, veiculação de publicidade e desenvolvimento e facilitação de comércio eletrônico e liquidação financeira de transações relacionadas a determinado serviço de pagamento; e participação em outras sociedades no Brasil e/ou no exterior.

A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

A Companhia tem como subsidiárias Net+Phone Telecomunicações Ltda. (“Net+Phone”), Boa Compra Ltda. (“Boa Compra”), BCPS Online Services LDA. (“BCPS”), R2TECH Informática S.A. (“R2TECH”), BIVACO Holding S.A. (“BIVA”), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – PagSeguro (“FIDC”) e Tilix Digital S.A. (“TILIX”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras são compostas pelas seguintes controladas, vide Nota 10:

Empresa	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Em 31 de dezembro de 2018	
				Resultado líquido do exercício	Participação - %
Net+Phone	1.440.534	1.411.587	28.948	(15.010)	99,99
Boa Compra	980.529	953.979	26.549	6.588	99,99
BCPS	2.447	392	2.055	911	99,50
R2TECH	5.813	1.944	3.868	2.691	51,00
BIVA	1.882	5.494	(3.612)	(4.394)	77,35
FIDC	745.236	233.385	511.851	331.179	100,00
TILIX	4.410	3.975	435	(5.617)	100,00

#### Contexto operacional das controladas:

- Net+Phone: tem como objetivo principal a comercialização de equipamentos de leitura de cartões de crédito, cartões de débito e congêneres;
- Boa Compra: tem por objetivo principal a prestação de serviços ligados ou pertinentes à informática, à internet, extranet, intranet, hospedagem de websites, banners; comercialização e veiculação de publicidades, intermediação no comércio de produtos e serviços e comercialização de assinaturas por meio eletrônico; e organização de eventos;

## PAGSEGURO INTERNET S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

- BCPS : Em 1º de janeiro de 2017, a Companhia adquiriu o controle de 99,5% da BCPS. A principal atividade da BCPS é servir como *hub* da Boa Compra em Portugal além de administrar parte de suas contas;
- R2TECH: Em 2 de maio de 2017, a Companhia adquiriu o controle de 51,0% da R2TECH. O principal objetivo da R2TECH está na indústria da tecnologia da informação, focada em processamento de soluções em *back-office*, incluindo reconciliação de vendas, soluções e serviços de *gateway*, a captura de cartões de crédito junto as administradoras de cartão e aos vendedores;
- BIVA: Em 3 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu o controle de 51,41% da BIVACO Holdings S.A., que tem como objetivo principal a participação em outras empresas, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, bem como o gerenciamento dessas participações. Em novembro de 2017, a Companhia adquiriu uma participação adicional na BIVA, totalizando sua participação em 59,3%. Em janeiro, março e abril de 2018 a Companhia adquiriu participações adicionais na BIVA (15,1%, 0,5% e 2,4%, respectivamente), totalizando sua participação em 77,35%;

A BIVA possui investimentos nas seguintes controladas:

- Biva Serviços Financeiros S.A: tem como objetivo principal a intermediação da relação entre investidores, instituição financeira e tomadores de crédito por meio de plataforma eletrônica;
  - Biva Correspondente Bancário Ltda: tem como objetivo principal estruturar financiamentos para pequenas e médias empresas seguindo o modelo *crowdfunding*, na modalidade *peer-to-peer*;
  - Biva Securitizadora de Créditos S.A.: tem como objetivo adquirir e securitizar créditos financeiros.
- FIDC: Constituído em 4 de outubro de 2017, tem como objetivo a aquisição de direitos de crédito detido pela Companhia ("cedente"). O FIDC representa um fundo de investimento constituído para financiar o crescimento da característica de pagamento antecipado de recebimentos da Companhia. A Companhia apresenta o FIDC em suas demonstrações contábeis como controlada. A apresentação é justificada pelo fato de que os riscos de inadimplência, a responsabilidade por despesas e administração relacionadas ao FIDC estão vinculados a cotas subordinadas detidas pela Companhia;
- Em 29 de março de 2018 dois investidores contribuíram com um aumento de capital de R\$20.000 no FIDC. Adquirindo apenas cotas sênior e mezanino do FIDC. As cotas sênior e mezanino são remuneradas com base em 107% da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- Em 31 de dezembro de 2018 o capital do FIDC é composto por cotas subordinadas, sênior e mezanino. A Companhia detém 100% das cotas subordinadas.
- TILIX: Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu o controle de 100% da TILIX. O valor pago na aquisição foi de R\$19.610, dos quais R\$3.810 foram pagos em moeda corrente na data da aquisição e R\$15.800 em metas variáveis sujeitas ao atingimento de metas específicas em 2020 (R\$44.100) e 2021 (R\$11.700), estabelecidas no contrato de aquisição.

O valor de ágio sobre a aquisição é de R\$19.175 sendo atribuído a rentabilidade futura proveniente da sinergia com os produtos ofertados pela Companhia. A TILIX desenvolve softwares voltados para a soluções em administração de boletos, tanto para empresas quanto para consumidores.

## **2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **2.1 Preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN.

Estas demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas, utilizando a faculdade do item 2 da circular 3.833/17, artigo 6º, emitida pelo BACEN, que permite que essa prática seja adotada no ano de autorização para funcionamento da Instituição de Pagamento pelo Banco Central do Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2019.

### **2.2 Conversão de moeda estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas e os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. A Companhia classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. A Companhia classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa.

Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são considerados caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e os saldos de fundos de investimento em renda fixa exclusivos, classificados no balanço patrimonial da rubrica de título e valores mobiliários.

## **2.4 Títulos e valores mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda; e
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período.

## **2.5 Relações interfinanceiras**

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de emissores de cartões de crédito/débito e adquirentes originados de transações através da plataforma da Companhia. Se o recebível é esperado em um ano ou menos, eles são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são classificados como ativo não-circulante.

Com base na avaliação de risco a Companhia estabelece uma provisão imaterial para redução ao valor recuperável de contas a receber. A provisão considera que o saldo de relações interfinanceiras é composto principalmente de transações aprovadas por grandes instituições financeiras, com um nível baixo de risco, e boas avaliações das principais agências de *rating*. A Companhia realizou essa avaliação de risco, conforme Nota 21. Além disso, essas instituições financeiras são os devedores legais dos acordos de recebíveis.

Os recebíveis são registrados a valor presente. Os saldos de relações interfinanceiras referente as transações parceladas são registrados em uma estimativa com base no cálculo do valor presente dessas transações (Ajuste ao valor presente), usando termos e taxas médias, que estão sujeitos a variação de acordo com o prazo dessas transações e as taxas aplicadas.

A Companhia incorre em despesas financeiras quando solicita receber o pagamento antecipado das relações interfinanceiras de instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida no momento em que a instituição financeira concorda em liquidar um recebível devido em parcelas pré-pagas e é registrado como despesa financeira na demonstração do resultado.

## **2.6 Investimentos**

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, demonstrada na Nota 10.

## **2.7 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Equipamento de processamento de dados	2,5 a 5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

## **2.8 Ativos intangíveis**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

## **2.9 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso.

## **2.10 Ágio**

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios. O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágio decorrente de investimentos em controladas é classificado na rubrica de investimento nas demonstrações financeiras, vide Nota 10.

## **2.11 Obrigações com terceiros**

As obrigações com terceiros são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da transação de intermediação de pagamentos já líquidos das receitas de intermediação e da taxa de desconto do pré-pagamento de recebíveis.

## **2.12 Provisões**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações

disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Companhia, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

### **2.13 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas são representadas substancialmente por:

- Receita com taxa de intermediação e outros serviços: receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos e outros serviços, como cartões pré-pagos, que são reconhecidos no momento em que a compra é aprovada pela instituição financeira. As receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos são reconhecidas em termos brutos e os custos de transação relacionados são reconhecidos como custo de serviços prestados, uma vez que a Companhia é considerado o principal na transação de intermediação. A Companhia tem a responsabilidade principal de fornecer os serviços aos clientes e também define diretamente os preços desses serviços, independentemente dos custos de transação relacionados acordados entre a Companhia e os adquirentes ou emissores de cartões; e
- Receita com pré-pagamento: taxa de desconto cobrada sobre os pagamentos antecipados de obrigações com terceiros (*merchants*). O rendimento é reconhecido no momento em que o *merchant* concorda em receber uma venda parcelada em regime de pagamento antecipado, este é registrado como receita financeira na demonstração do resultado.

### **2.14 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

## **2.15 Plano de Incentivo de Longo Prazo - PILP**

Membros da Administração participam do Plano de Incentivo de Longo Prazo, PILP, que foi estabelecido pela Universo Online S.A. ("UOL"), controladora da PagSeguro Digital, para as empresas de seu grupo. O programa foi estabelecido em 29 de julho de 2015 e foi adotado pela Companhia. Os beneficiários para o PILP são selecionados pelo comitê de PILP da UOL.

Nas demonstrações financeiras da Companhia são registrados saldos de partes relacionadas a pagar, junto a PagSeguro Digital, e despesas de remuneração relacionadas ao PILP.

## **2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperável esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera renda tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia avalia periodicamente as posições tributárias envolvendo interpretação da regulamentação tributária e estabelece disposições quando apropriado.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

### Impostos diferidos

Os impostos diferidos resultam de diferenças temporárias entre as bases tributárias dos ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas seguintes situações:

- Quando o passivo de impostos diferidos decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Sobre diferenças de impostos temporárias relacionadas a investimentos em subsidiárias, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível;
- Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais negativos, na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual possam ser compensados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação diferente de uma combinação de negócios que, no momento da transação, não afeta a contabilização ou a perda de lucro tributável; e



- Os ativos tributários diferidos são reconhecidos nas diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas apenas na medida em que seja provável que as diferenças temporárias se revertirão no futuro previsível e que o lucro tributável estará disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil de ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que é provável que um lucro tributável suficiente esteja disponível para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são revisados, em cada data de balanço, e reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos.

### **2.17 Benefícios a empregados**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o comprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

### **2.18 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2018, ações ordinárias estão classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado líquido de impostos.

## **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

### **(a) Vida útil estimada dos intangíveis**

A Companhia utiliza uma vida útil estimada para calcular e registrar a amortização aplicada em seus ativos intangíveis, que pode ser diferente do prazo real em que se espera que os ativos intangíveis gerem benefícios para a Companhia.

A amortização dos direitos de uso de software é definida com base no período de vigência da licença contratada. A amortização dos softwares desenvolvidos internamente é definida com base no período em que gerarão benefícios econômicos futuros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos baseada em estimativas de geração de lucro tributável projetadas para os próximos 10 anos. Para o reconhecimento de créditos tributários são necessários ao menos 3 anos onde existe lucro tributável no histórico de resultado da Companhia nos últimos 5 anos. Essas projeções são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração.

(c) Provisão de contingências

A Companhia reconhece provisões para processos cíveis, tributários e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliar a evidência e a jurisprudência disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração as mudanças nas circunstâncias, como o prazo de prescrição aplicável, as conclusões das inspeções fiscais e exposições adicionais identificadas com base em novas questões ou decisões dos tribunais.

#### **4. ADOÇÃO INICIAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

A Companhia obteve em 17 de outubro de 2018 autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, concedida pelo BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2018. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPC”) em relação as regras do plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional (“COSIF”) emitidas pelo BACEN que passou a ser adotado pela Companhia, destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRSs, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros (“goodwill”) deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade (“teste de impairment”).

Em linha com os preceitos do Pronunciamento Contábil nº 23 – Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução CMN nº 4.077/11, bem como dos procedimentos de adoção inicial definidos na Circular nº 3.833/17, do BACEN, a amortização do saldo de ágio foi feita de forma prospectiva, a partir da data-base seguinte à data da autorização e de acordo com os prazos dos projetos que o justificaram, limitados a 5 (cinco) anos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o impacto da amortização de ágio no lucro líquido foi de R\$ 1.050, registrado na rubrica de despesas gerais e administrativas. O impacto da amortização do ágio até a data de autorização do funcionamento como instituição de pagamento, no montante de R\$6.943 foi apresentado na demonstração de mutações do patrimônio líquido na coluna de reserva de lucros.

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

**5. DISPONIBILIDADES**

	<u>2018</u>
Caixa	3
Depósitos Bancários	363.913
Banco Central – Outras reservas livres	681
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	<u>21.291</u>
<b>Total</b>	<b><u>385.888</u></b>

Os saldos de disponibilidades são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e incluem caixa em dinheiro e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior.

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<u>2018</u>
Fundos de investimento em renda fixa exclusivos - (a)	<u>2.313.032</u>
<b>Total em curto prazo</b>	<b><u>2.313.032</u></b>
Debêntures privadas - (b)	<u>17.927</u>
<b>Total em longo prazo</b>	<b><u>17.927</u></b>

a) Os saldos de fundos de investimento em renda fixa são considerados pela Companhia como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 os saldos apresentados são classificados como títulos para negociação.

b) Os títulos em longo prazo referem-se a debentures da Biva Securitizadora de Créditos S.A., controlada indireta da Companhia através da BIVA. Em 31 de dezembro de 2018 os saldos apresentados são classificados como títulos mantidos até o vencimento.

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

	<b>2018</b>			
	Visa	Master	Hiper	Total
Itaú	570.463	1.979.994	514.627	3.065.084
Bradesco	735.784	170.497	-	906.281
Banco do Brasil	566.537	153.634	-	720.171
CEF	133.882	173.209	-	307.091
Santander	247.950	871.976	-	1.119.926
Outros	386.808	1.069.323	-	1.456.131
Total emissores (i)	2.641.424	4.418.633	514.627	7.574.684
Elo	-	-	-	366.619
Cielo	-	-	-	91.433
Redecard	-	-	-	5.502
Amex	-	-	-	1.188
Vero	-	-	-	4.396
Outros	-	-	-	12.533
Total adquirentes (ii)	-	-	-	481.671
<b>Total</b>	-	-	-	<b>8.056.355</b>

(i) Emissores: contas a receber derivados de transações que a Companhia atua como intermediador financeiro de operações com bancos emissores, referente a acordos de intermediação entre a Companhia e Visa, Mastercard ou Hiper. No entanto, os recebíveis contratuais da Companhia são com as instituições financeiras, as quais são os devedores legais das contas a receber. Além disso, os valores devidos no prazo de 27 dias a partir da transação original, incluindo os que são devidos com a primeira parcela de prestação de contas a receber, são garantidos pela Visa, Mastercard ou Hiper, conforme aplicável, no caso de os devedores legais não efetuarem o pagamento. A Companhia começou a operar diretamente como intermediador financeiro em 2016.

(ii) Adquirentes: O saldo correspondente a transações de cartões que serão recebidas de adquirentes, as quais tratam-se de terceiros atuando como intermediador financeiro entre a Companhia e o banco emissor. O saldo de contas a receber inclui recebíveis transacionados nos leitores de cartão de crédito e débito.

As contas a receber por idade de vencimento são como segue:

	<b>2018</b>
A vencer em até 30 dias	4.275.569
A vencer em até 31 a 120 dias	3.135.358
A vencer em até 121 a 180 dias	468.913
A vencer em até 181 a 360 dias	176.515
<b>Total</b>	<b>8.056.355</b>

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**8. PARTES RELACIONADAS**

O controlador da Companhia é a PagSeguro Digital Ltd., entidade sediada nas Ilhas Cayman.

(i) Saldos e transações com partes relacionadas:

	2018	
	Contas a receber	Contas a pagar
Controladora direta e indireta		
UOL - prestação de serviço (a)	-	15.164
UOL - recuperação de custo	5.684	8.197
PagSeguro Digital Ltda. (b)	-	279.609
Controladas e Afiliadas		
UOL Diveo - recuperação de custo	-	126
UOL Diveo -prestação de serviço (a)	-	3.100
Boa Compra	2.087	47.633
Net+Phone	100.467	50.939
Livraria da Folha Ltda.	-	32
Empresa Folha da Manhã S/A	-	2.074
R2TECH	-	4.323
BIVA	4.174	14
Fundo de investimento FIDC (c)	-	700.376
TILIX	3.082	-
Outros	-	883
<b>Total</b>	<b>115.494</b>	<b>1.112.470</b>

(a) Composto por venda de serviços e custo de serviços compartilhados de (i) serviços de publicidade do UOL e (ii) serviços de suporte técnico em informática e hospedagem do UOL Diveo Tecnologia Ltda (“UOL Diveo”);

(b) Saldo composto por despesas relacionadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP);

(c) Os saldos a pagar do FIDC são relacionadas a operação de cessões de direitos creditórios para antecipação de pagamento junto aos *merchants*.

	2018	
	Receita	Despesa
Controladora final		
UOL - recuperação de custo (a)	-	97.582
UOL - prestação de serviço (b)	2.233	52.097
Controladas e Afiliadas		
UOL Diveo - recuperação de custo (c)	-	534
UOL Diveo - prestação de serviço (d)	-	25.997
Boa Compra S/A	5.675	-
Fundo de investimento FIDC (e)	153.972	92.408
Net+Phone (f)	19.393	230.322
R2TECH	-	5.724
BIVA	-	297
Outros	283	54
<b>Total</b>	<b>181.556</b>	<b>505.015</b>

## PAGSEGURO INTERNET S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (a) Compartilhamento de custos de serviços relacionados a (i) custos de folha de pagamento, (ii) estrutura de TI / software e (iii) custos de aluguel incorridos pela controladora UOL que são repassados a Companhia de acordo com o contrato. Tais custos são classificados como despesa administrativa.
  - (b) Serviços de publicidade prestados pela controladora UOL a Companhia, de acordo com o contrato de prestação de serviços.
  - (c) Compartilhamento de custos de serviços incorrido pela UOL Diveo que são repassados a Companhia de acordo com o contrato. O principal custo está relacionado a estrutura de TI/software.
  - (d) Serviços de suporte técnico em informática e hospedagem (iniciado em 2016) prestados para a Companhia pelo UOL Diveo, de acordo com o contrato de prestação de serviços.
  - (e) As receitas junto ao FIDC são relacionadas a operação de cessões de direitos creditórios para antecipação de pagamento junto aos clientes. As despesas referem-se ao ajuste de atualização a valor presente do saldo passivo.
  - (f) Serviço de intermediação financeira prestados pela Companhia a Net+Phone para a realização das vendas dos leitores de cartão e despesas referentes ao subsídio.
- (ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga aos diretores da Companhia para o exercício de 2018 foi de R\$99.331.

#### **9. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>2018</u>
Depósitos tributários (i):	
Imposto Sobre Serviços - ISS	52.226
Programa de Integração Social - PIS	17.088
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	105.160
Depósitos cíveis	944
Depósitos trabalhistas	51
<b>Total</b>	<b><u>175.469</u></b>

(i) A Companhia obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, tributos devidos referente a ISS, PIS e COFINS.

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**10. INVESTIMENTOS**

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2018:

Controladas diretas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro / (prejuízo) exercício	Participação no capital social e votante (%)	Equivalência patrimonial	Investimentos em controladas
Net+Phone	44.202	28.948	(15.010)	99,99	(15.010)	28.948
Boa Compra	5.381	26.549	6.588	99,99	6.588	26.549
BCPS	18	2.055	911	99,50	906	2.055
R2TECH	10	3.868	2.691	51,00	1.372	1.973
BIVA	10.127	(3.612)	(4.394)	77,35	(3.366)	(2.792)
FIDC	180.000	511.851	331.179	100,00	330.094	511.851
TILIX	3.815	435	(5.617)	100,00	-	435
<b>Total</b>					<b><u>320.584</u></b>	
					Investimentos em empresas controladas	569.019
					Ágio gerado aquisição controladas	42.491
					<b>Total</b>	<b><u>611.510</u></b>

**11. IMOBILIZADO**

	<b>2018</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Imobilizado em operação			
Equipamentos de processamento de dados	22.368	(7.512)	14.856
Máquinas e equipamentos	43.968	(2.660)	41.308
Móveis	1.711	(65)	1.646
Benfeitorias imóveis de terceiros	6.389	(145)	6.244
Outros	1.200	(140)	1.060
<b>Total</b>	<b><u>75.636</u></b>	<b><u>(10.522)</u></b>	<b><u>65.114</u></b>

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imobilizado:

	<b>Equipamentos processamento de dados</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Benfeitorias imóveis de terceiros</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>						
Custo	10.625	4.141	125	48	-	14.939
Depreciação acumulada	(5.098)	(155)	(7)	(4)	-	(5.264)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>5.527</b>	<b>3.986</b>	<b>118</b>	<b>44</b>	<b>-</b>	<b>9.675</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
Saldo inicial	5.527	3.986	118	44	-	9.675
Custo	11.743	39.826	1.586	6.341	1.200	60.696
Adições	13.354	40.333	1.586	6.341	1.388	63.002
Baixas	(1.611)	(507)	-	-	(188)	(2.306)
Depreciação	(2.414)	(2.504)	(58)	(141)	(140)	(5.257)
Adições	(2.441)	(2.524)	(58)	(141)	(157)	(5.321)
Baixas	27	20	-	-	17	64
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>14.856</b>	<b>41.308</b>	<b>1.646</b>	<b>6.244</b>	<b>1.060</b>	<b>65.114</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>						
Custo	22.368	43.968	1.711	6.389	1.200	75.636
Depreciação acumulada	(7.512)	(2.660)	(65)	(145)	(140)	(10.522)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>14.856</b>	<b>41.308</b>	<b>1.646</b>	<b>6.244</b>	<b>1.060</b>	<b>65.114</b>

**12. INTANGÍVEL**

	<b>2018</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Intangível em operação			
Ativos intangíveis			
Gastos com software e tecnologia (i)	468.218	(223.705)	244.513
Outros ativos intangíveis			
Direito de uso de software	12.129	(2.266)	9.863
Marcas e patentes	25	-	25
<b>Total</b>	<b>480.372</b>	<b>(225.971)</b>	<b>254.401</b>

(i) A Companhia capitaliza as despesas incorridas com o desenvolvimento de plataformas, que são amortizadas durante a vida útil, no prazo de três a cinco anos.



PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do intangível:

	<b>Gastos com software e tecnologia</b>	<b>Direito de uso de software</b>	<b>Marcas e patentes</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Custo	252.103	4.326	25	256.454
Amortização acumulada	(129.150)	(679)	-	(129.829)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>122.953</b>	<b>3.647</b>	<b>25</b>	<b>126.625</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Saldo inicial	122.953	3.647	25	126.625
Custo	216.115	7.803	-	223.918
Adições	218.403	7.803	-	226.206
Baixas	(2.288)	-	-	(2.288)
Amortização	(94.555)	(1.587)	-	(96.142)
Adições	(94.722)	(1.587)	-	(96.309)
Baixas	167	-	-	167
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>244.513</b>	<b>9.863</b>	<b>25</b>	<b>254.401</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Custo	468.218	12.129	25	480.372
Amortização acumulada	(223.705)	(2.266)	-	(225.971)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>244.513</b>	<b>9.863</b>	<b>25</b>	<b>254.401</b>

**13. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	<b>2018</b>
Imposto sobre serviços - ISS (i)	65.289
Impostos retidos sobre serviços (PIS, COFINS, IRRF, ISS, INSS)	1.768
Previdenciários	7.987
Outros	117
<b>Total</b>	<b>75.161</b>

(i) Imposto sobre serviços decorrente substancialmente das receitas de operações de meio de pagamento.

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

**14. OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS**

	<u>2018</u>
Obrigações com terceiros	4.045.661
<b>Total</b>	<b><u>4.045.661</u></b>

As obrigações com terceiros correspondem aos montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, líquidas das taxas de intermediação e descontos aplicados. De forma geral, o prazo médio de liquidação da Companhia com os estabelecimentos comerciais é de até 30 dias.

**15. CONTINGÊNCIAS**

	<u>2018</u>
Contingências tributárias:	
Imposto sobre serviços - ISS (i)	56.897
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS (ii)	107.815
Programa de integração social - PIS (ii)	17.520
Contingências trabalhistas	239
Contingências cíveis	6.198
<b>Total</b>	<b><u>188.669</u></b>

(i) Imposto sobre serviços decorrente substancialmente das receitas de operações de meio de pagamento.

(ii) O montante registrado nessa rubrica refere-se substancialmente aos valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

A Companhia obteve uma decisão judicial na qual recolhe através de depósito judicial, até o julgamento do mérito os Itens “i” e “ii”, vide Nota 9.

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia apurou o imposto de renda e contribuição social pelo lucro real com base no balancete de suspensão e redução mensal.

	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
Impostos com exigibilidade suspensa	19.505	26.053	45.558
Outras adições temporárias ativas	8.588	17.859	26.448
	<u>28.093</u>	<u>43.912</u>	<u>72.006</u>
Passivo:			
Inovação tecnológica (i)	(40.139)	(41.605)	(81.745)
FIDC IN 1.585/2015	(186)	(114.744)	(114.929)
Outras adições temporárias passivas	(1.374)	(20.284)	(21.658)
	<u>(41.699)</u>	<u>(176.633)</u>	<u>(218.332)</u>
Efeito no resultado		<u>(132.721)</u>	

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	<b>2018</b>
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.086.484
Alíquota vigente	34%
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(369.405)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:	
Adições (exclusões) permanentes:	
Brindes	(240)
Equivalência patrimonial e provisão para perdas em controladas	108.998
Benefício com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (i)	58.057
FIDC IN 1585/15	(114.744)
Outras adições (exclusões)	<u>6.938</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	<u>(310.396)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(177.675)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(132.721)
Alíquota efetiva	29%

(i) A principal diferença refere-se substancialmente ao benefício inerente a Lei de Inovação Tecnológica (Lei do Bem).

## PAGSEGURO INTERNET S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### **17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

##### Capital social

Em 1 de agosto de 2017, a Companhia realizou uma divisão de ações reversa de 2:1 aprovada e registrada na mesma data. Como consequência da divisão de ações reversa, o capital social anteriormente representado por 524.577.214 ações ordinárias, foi reduzido para 262.288.607 ações ordinárias. A divisão de ações reversa foi considerada retrospectivamente nas presentes demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as ações emitidas estavam totalmente pagas. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, após refletir retroativamente a divisão de ações reversa, é representado por 1.655.760.489 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social é composto das seguintes ações:

Ações em circularização em 31 de dezembro 2016	<u>262.288.607</u>
Ações em circularização em 31 de dezembro 2017	<u>262.288.607</u>
Emissão de ações à PagSeguro Digital Ltd. mediante aumento de capital	1.393.471.882
<b>Ações em circularização em 31 de dezembro 2018</b>	<b><u>1.655.760.489</u></b>

##### (a) Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos.

##### (b) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia propôs a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$695.106, referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Companhia, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

##### (c) Dividendos

Por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de abril de 2018 e 17 de dezembro de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram a distribuição de (i) R\$36.776 de dividendos relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 e (ii) R\$ 5.402 em dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O montante de dividendos distribuídos totalizou R\$ 42.178, pagos em dinheiro pela Companhia.

##### (c) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão de balanços em moeda estrangeira da sua controlada BCPS. O efeito acumulado é de R\$252 em 31 de dezembro de 2018.

PAGSEGURO INTERNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**18. RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

	<u>2018</u>
Receita bruta da taxa de intermediação e outros serviços	2.610.011
Deduções da receita da taxa de intermediação e outros serviços	(369.214)
<b>Total</b>	<b><u>2.240.797</u></b>

**19. DESPESAS POR NATUREZA**

	<u>2018</u>
Custo da transação	(1.250.169)
Marketing e publicidade	(360.987)
Despesas com pessoal	(524.722)
Chargebacks (i)	(67.211)
Depreciação e amortização	(93.620)
Outras	(371.671)
<b>Total</b>	<b><u>(2.668.380)</u></b>
Classificado como:	
Custo dos serviços prestados	(1.547.010)
Despesas com vendas	(345.586)
Gerais e administrativas	(559.844)
Outras despesas operacionais	(215.940)
<b>Total</b>	<b><u>(2.668.380)</u></b>

(i) Referem-se a perdas reconhecidas no período associados a fraude nas operações de processamento de cartões, conforme detalhado na Nota 21 (ii).

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>2018</u>
Receita líquida com pré-pagamento (i)	1.086.635
Receitas financeiras	129.286
Despesas financeiras	(28.202)
Variação cambial, líquida	5.764
<b>Total</b>	<b><u>1.193.483</u></b>

(i) Receita com a taxa de desconto originada do pré-pagamento de recebíveis das vendas a prazo na operação de intermediação de pagamentos, registrada como receita financeira.

## **21. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de fraude (*chargeback*), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

### (i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade

### (ii) Riscos de fraude (“chargebacks”)

A Companhia utiliza dois processos para controlar o risco de fraude.

O primeiro consiste no monitoramento, em tempo real, via sistema antifraude das transações efetuadas com cartões de crédito, débito e boletos, que aponta, identifica, aprova ou recusa transações suspeitas de fraude no momento da autorização, a partir de modelos estatísticos revisados periodicamente.

O segundo processo tem a função detectiva para tratamento de chargebacks e disputas, onde o primeiro processo não identificou a fraude. Este processo retroalimenta o primeiro para aumentar a capacidade de evitar novas fraudes.

### (iii) Riscos de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e se resume na possibilidade de inadimplência a) os emissores do cartão, que têm a obrigação de repassar à Companhia as taxas cobradas pelas transações realizadas pelos titulares de seus cartões, e / ou (b) os adquirentes, que são utilizados pela Companhia para aprovar transações com os emissores.

Para a mitigação deste risco, a Companhia instituiu um Comitê de Risco de Crédito e Liquidez, cuja função é analisar o nível de risco de cada um dos emissores de cartão capturados pela Companhia e assim classificá-los em três grupos:

- Emissores de cartão com baixo nível de risco, avaliados pelos *ratings* das agências FITCH, S&P e Moody's e são dispensados de monitoramento adicional;
- Emissores de cartão com nível de risco médio e que são monitorados, também, pelos Indicadores de Basileia e imobilização; e
- Emissores de cartão com nível de risco alto e que são avaliados pelo comitê em reuniões mensais.

## PAGSEGURO INTERNET S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera que nenhuma perda decorrente de inadimplência ocorra a não ser os valores já baixados por *chargeback*.

#### (iv) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar os compromissos com os estabelecimentos e às necessidades operacionais.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com liquidez adequada, fornecendo a segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha caixa e caixa equivalentes de R\$2.698.920.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	A vencer até 30 dias	A vencer até 31 a 120 dias	A vencer até 121 a 180 dias	A vencer até 181 a 360 dias	A vencer acima de 361 dias
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Obrigações com terceiros	3.689.588	233.694	66.967	55.412	-
Partes relacionadas	-	-	-	1.112.470	-
Outras	-	-	-	203.995	-

## **22. GESTÃO DE CAPITAL**

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e bancos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos, portanto, não são demonstrados índices de alavancagem.

## **23. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 25 de Fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 49% na R2Tech. O montante total da contraprestação foi de R\$13.992. A aquisição foi realizada de acordo com as estratégias de negócio da Companhia, investindo em novas tecnologias, produtos e serviços para o nosso ecossistema digital.